

## *Adicional de Insalubridade*

### **Em reunião sem presença do Sindicato, Reitoria expõe à DPME razões dos pedidos de reavaliação**

Conforme agendado, representantes da Reitoria da Unesp foram recebidos por técnicos do Departamento de Perícias Médicas do Estado de São Paulo (DPME) no dia 30/10/2018. Inicialmente, de acordo com o acertado na última reunião do CADE, realizada em 25/10, representantes do Sindicato também participariam da reunião, a exemplo do que já havia ocorrido anteriormente.

No entanto, desta vez os membros do DPME não concordaram com a presença do Sindicato e, inclusive, limitaram em três pessoas o número de representantes da Reitoria a serem recebidos. O objetivo da reunião era discutir as distorções detectadas no processo de revisão da insalubridade dos estatutários, promovida pelo DPME. De acordo com informações da Reitoria, de todos os processos de revisão realizados, um total de 447 concluíram por redução do adicional, enquanto 67 indicaram aumento no valor a ser recebido. Demais processos de revisão terminaram sem alteração nos valores recebidos pelo servidor. Até o momento, há 164 pedidos de reavaliação.

Terminada a reunião, os representantes do Sindicato que aguardavam do lado de fora foram informados por Katia Aparecida Biazotti, da Coordenadoria de Gestão de Pessoas (CGP) da Unesp, sobre o que havia ocorrido. Segundo ela, os técnicos do DPME pediram justificativas para os pedidos de reavaliação que

tinham sido encaminhados pela Unesp ao órgão. Ela considera que a reunião foi produtiva, pois conseguiram explicar ao DPME as nomenclaturas das funções e situações em que a real situação de insalubridade não é clara. Por exemplo, um servidor que atua em um departamento de ensino, mas que desenvolve suas atividades em laboratório sujeito à insalubridade.

Katia lembrou, ainda, que a competência de definir a classificação do risco não está nas mãos da Universidade, e sim do DPME. Por fim, ela informou que o DPME sinalizou que dará prioridade à análise dos pedidos da Unesp.

O Sintunesp solicitou a ela que a CGP divulgue, o quanto antes, um documento geral a respeito do assunto, de modo a orientar os servidores atingidos, sobre como deve ser feito o pedido de recurso.

Como informado anteriormente pelo Sintunesp e, de acordo com a CGP, as informações no pedido de revisão da insalubridade são de responsabilidade do servidor com o “de acordo” da chefia. Portanto, o pedido da revisão pode ser alimentado tanto pela parte descritiva (informações escritas), quanto por fotos, ficando os RHs das unidades com a responsabilidade de encaminhá-lo. A análise fica a cargo dos técnicos do DPME.

Após este processo, caso o servidor ainda se sinta prejudicado, a Assessoria Jurídica do Sintunesp estará a disposição para outras providências judiciais.